

Decreto nº 042/2025

**Regulamenta em âmbito municipal a Lei Federal
nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe
sobre o Acesso à Informação.**

JOÃO EUDES FERREIRA FILHO, Prefeito Municipal de Itajá/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município, de 04 de novembro de 1997,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam estabelecidos os procedimentos e normas a serem adotados para garantir o acesso às informações da administração pública municipal, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II, do § 3º, do art. 37 e no § 2º, do art. 216, da Constituição Federal, em conformidade com disposições da Lei Nacional nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI).

Art. 2º – Os órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo assegurarão às pessoas naturais e jurídicas o direito de acesso à informação, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da administração pública e as disposições deste decreto.

Parágrafo Único. Ficam subordinadas ao regime deste decreto as entidades privadas, relativamente aos recursos que receberem do Poder Executivo Municipal, mediante subvenções, contrato administrativo, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Art. 3º – O acesso à informação disciplinado neste decreto não se aplica:

- I. às informações relativas à atividade empresarial de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, obtidas por outros órgãos ou entidades no exercício de atividade

- de controle, regulação e supervisão da atividade econômica cuja divulgação possa representar vantagem competitiva a outros agentes econômicos;
- II. às hipóteses de sigilo previstas na legislação, como fiscal, bancária, comercial, profissional, industrial e segredo de justiça;
- III. às informações relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem.

Art. 4º – Fica criado o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, coordenado pela Secretaria Municipal de Governo, acessível via web, no endereço eletrônico [https://falcidadao.governotransparente.com/itaja_rn/](https://falacidadao.governotransparente.com/itaja_rn/) ou através do atendimento presencial, via protocolo que ficará instalado na Praça Vereador José de Deus Barbosa, nº 77 – Centro – Itajá/RN.

Parágrafo Único. Compete ao Serviço de Informação ao Cidadão - SIC:

- I. disponibilizar informações em conformidade com a Lei nº 12.527, de 28 de novembro de 2011, por meio eletrônico;
- II. disponibilizar atendimento presencial ao público;
- III. receber, autuar e processar, para respostas, os pedidos de acesso às informações;
- IV. orientar o interessado, quanto ao seu pedido, o trâmite, o prazo da resposta e sobre as informações disponíveis no endereço eletrônico https://falcidadao.governotransparente.com/itaja_rn/;
- V. zelar pelo atendimento dos prazos assinalados para apresentação de respostas;
- VI. elaborar relatório mensal dos atendimentos.

Art. 5º – Qualquer interessado, devidamente identificado, poderá ter acesso às informações referentes aos órgãos e às entidades municipais, preferencialmente, no endereço eletrônico https://falcidadao.governotransparente.com/itaja_rn/, na impossibilidade de utilização desse meio, apresentar o pedido no Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, conforme Anexo I.

§ 1º. O pedido de acesso à informação deverá conter:

- I. nome do requerente;
- II. número de documento de identificação válido;
- III. especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e
- IV. endereço físico e/ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da resposta requerida.

§ 2º. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

- I. genéricos;
- II. que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados, que não sejam de competência do órgão ou entidade municipal.

§ 3º. Na hipótese do inciso II do § 2º, o órgão ou entidade deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 6º – As informações solicitadas serão prestadas pelo Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, no prazo de, até, 20 (vinte) dias.

§ 1º. O prazo referido no caput poderá ser prorrogado, por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa do responsável pela prestação da informação, da qual será dada ciência ao requerente.

§ 2º. Não sendo possível o fornecimento da informação, o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC deverá:

- I.apresentar ao requerente as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido;
- II.comunicar que não possui a informação, indicando, se for do seu conhecimento, o órgão, a entidade ou a organização, não pertencente à Administração Pública Municipal, que deve detê-la.

§ 3º. Quando não for autorizado o acesso, por se tratar de informação reservada ou sigilosa, o requerente será informado sobre a possibilidade de recurso, conforme anexo II.

§ 4º. Caso a informação solicitada esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, será informado ao requerente o lugar e a forma pela qual se poderá consultar e obter a referida informação, desonerando a Administração Municipal da obrigação de seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar, por si mesmo, tais procedimentos.

Art. 7º – A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos e mídias digitais, cujos valores serão fixados em ato a ser emanado pela Secretaria Municipal de Tributação, Administração e Finanças.

§ 1º. Fica isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

§ 2º. Poderá ser beneficiado com a isenção de pagamento aquele que estiver inscrito no Cadastro Único; e for membro de família de baixa renda (com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou a que possua renda familiar mensal de até três salários mínimos), devendo informar o Número de Identificação Social (NIS).

§ 3º. Caso seja requerida justificadamente a concessão da cópia de documento, com autenticação, poderá ser designado um servidor para certificar que confere com o original.

Art. 8º – As informações de interesse público serão disponibilizadas no endereço eletrônico [https://falcidadao.governotransparente.com/itaja_rn/](https://falacidadao.governotransparente.com/itaja_rn/), as quais serão atualizadas, rotineiramente, e deverá atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

- I.conter formulário para requerimento de acesso a informação;
- II.conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso a informação, de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
- III.possibilitar a impressão de relatórios, planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;
- IV.garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;
- V.manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;
- VI.indicar local que permita ao interessado comunicar-se pessoalmente com o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC;
- VII.adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos da legislação própria.

Parágrafo Único. É dever dos órgãos e entidades municipais promover, independente de requerimento, a divulgação em seus sítios na Internet de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas.

Art. 9º – Deverão ser disponibilizadas no endereço eletrônico [https://falcidadao.governotransparente.com/itaja_rn/](https://falacidadao.governotransparente.com/itaja_rn/) as seguintes informações de interesse público:

- I. estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefones das unidades, horários de atendimento ao público;
- II. programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto;
- III. receita orçamentária arrecadada;
- IV. repasses ou transferências de recursos financeiros;
- V. execução orçamentária e financeira detalhada em nível de grupo de despesa;
- VI. licitações realizadas e em andamento, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas;
- VII. remuneração e subsídio dos cargos, postos, graduação, função e emprego público;
- VIII. respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

Parágrafo Único. As informações poderão ser disponibilizadas por meio de ferramenta de redirecionamento de página na Internet, quando estiverem disponíveis em outros sítios governamentais.

Art. 10º – No caso de indeferimento de acesso às informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da sua ciência, conforme Anexo II.

§ 1º. O recurso será apresentado no Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, que o encaminhará à autoridade que exarou a decisão impugnada, devendo se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias.

§ 2º. Mantida novamente a negativa, o recurso será encaminhado à Controladoria Geral do Município – CGM, que deliberará no prazo de 05 (cinco) dias.

§3º. Persistindo a negativa, o interessado poderá recorrer, em última instância, ao Prefeito Municipal.

Art. 11º – Não poderá ser negado acesso às informações necessárias à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Parágrafo Único. O requerente deverá apresentar razões que demonstrem a existência de nexo entre as informações requeridas e o direito que se pretende proteger.

Art. 12º – Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público:

- I. recusar-se a fornecer informação requerida nos termos deste decreto, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;
- II. utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;
- III. agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso à informação;
- IV. divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal;
- V. impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;
- VI. ocultar da revisão de autoridade superior competente informação sigilosa para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros;
- VII. destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

§ 1º. Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no caput serão consideradas, para fins do disposto na Lei n. 292 de 22 de junho de 2011 – Estatuto e Regime Jurídico do Servidores Públicos Municipais de Itajá, e suas alterações, infrações administrativas, que deverão ser apenadas segundo os critérios nela estabelecidos.

§ 2º. Pelas condutas descritas no caput, poderá o agente público responder, também, por improbidade administrativa, conforme o disposto na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Art. 13º – A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto neste decreto estará sujeita às seguintes sanções:

I.advertência;

II.multa;

III.rescisão do vínculo com o poder público;

IV.suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 02 (dois) anos;

V.declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurado o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º. A reabilitação referida no inciso V será autorizada somente quando o interessado efetivar o resarcimento ao órgão ou entidade dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV.

§ 3º. A aplicação da sanção prevista no inciso V é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade pública, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

Art. 14º – Os órgãos e entidades públicas respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de regresso.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo aplica-se à pessoa física ou entidade privada que, em virtude de vínculo de qualquer natureza com órgãos ou entidades, tenha acesso a informação sigilosa ou pessoal e a submeta a tratamento indevido.]

Art. 15º – A Secretaria Municipal de Tributação, Administração e Finanças, com o apoio da Controladoria Geral do Município, desenvolverá atividades para:

- I.promoção de campanha de abrangência municipal de fomento à cultura da transparência na administração pública e conscientização do direito fundamental de acesso à informação;
- II.treinamento dos agentes públicos e, no que couber, a capacitação das entidades privadas sem fins lucrativos, no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência na administração pública;
- III.monitoramento dos prazos e procedimentos de acesso à informação;
- IV.definição do formulário padrão, disponibilizado em meio físico e eletrônico, que estará à disposição na Internet e no Serviço de Informação ao Cidadão - SIC.

Art. 16º – Na aplicação deste decreto serão observadas as questões sobre classificação de informações secretas, sigilosas e reservadas, o acesso a informações pessoais, a responsabilidade sobre o acesso e divulgação de informações e as disposições do Decreto Federal nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

Art. 17º – Este Decreto entra em vigor 30 (trinta) dias após na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Itajá/RN, 06 de outubro de 2025.

João Eudes Ferreira Filho
Prefeito Constitucional do Município de Itajá

ANEXO I

<input type="checkbox"/>	PESSOA FÍSICA	<input type="checkbox"/>	PESSOA JURÍDICA
--------------------------	----------------------	--------------------------	------------------------

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Nome Completo			
Tipo do Documento			
Nº do Documento			
UF			
CPF/CNPJ			
(DDD) Telefone			
Tipo	Residencial	Celular	Comercial
Endereço			
Completo			
E-mail			
Escolaridade			
Pessoa Física - Profissão		Faixa Etária	
até 20 anos	de 41 a 59 anos	de 21 a 40 anos	acima de 59 anos
Forma de Retorno	E-mail	Presencial	

ESPECIFICAÇÃO DA SOLICITAÇÃO

Descreva de forma detalhada sua solicitação:

*Informações Obrigatórias

Itajá/RN, ____ / ____ / ____

Assinatura – Nome Completo



Palácio Manoel Eugênio Ferreira
Secretaria Municipal de Governo
CNPJ: 01.612.395/0001-46

ANEXO II

PESSOA FÍSICA

PESSOA JURÍDICA

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE RECURSO

Nome Completo

Razão Social

Endereço
Completo

(DDD) Telefone

Tipo

Residencial

Celular

Comercial

E-mail

Escolaridade

Pessoa Física

RG

CPF

CNPJ

Órgão Solicitado

Número do Processo

Forma de Recebimento

E-mail

Presencial

SOLICITAÇÃO DETALHADA

*Informações Obrigatórias

Itajá/RN, _____ / _____ / _____

Assinatura – Nome Completo

Praça Vereador José de Deus Barbosa, nº 77 – Centro – Itajá/RN – CEP: 59513-000
gabinete@itaja.rn.gov.br – itaja.rn.gov.br
prefeituraitaja